

IAC DESENVOLVE DOIS PROJETOS EM GESTÃO RACIONAL DO SOLO E DA ÁGUA.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto Agrônomo (IAC), de Campinas, está desenvolvendo pesquisas em gestão de recursos hídricos em propriedades agrícolas. O objetivo é a construção de uma plataforma de tecnologias e serviços para melhorar o desempenho das propriedades com relação às questões ambientais, em especial as que envolvem água e solo. O desenvolvimento e a publicação de um método de análise de paisagem e do Índice IAC de Qualidade Ambiental fazem parte dos resultados preliminares desse trabalho. Atualmente, o pesquisador da Secretaria, que atua no Centro de Engenharia e Automação do IAC, Afonso Peche Filho, coordena o projeto “Desenvolvimento de tecnologias e modelos para gestão racional do solo e da água”, realizado prioritariamente em áreas irrigadas nos municípios de Jundiaí, Louveira e Vargem Grande, no interior paulista. Dentre os indicadores para análise de qualidade estão: risco de poluição, desarranjos de superfície, como processos erosivos cicatrizados, assoreamento, empoçamento, densidade florestal, biodiversidade vegetal, regeneração natural, dispersão de sementes, biodiversidade animal, contaminação biológica e cobertura vegetal em nível de proteção e produção. Peche também coordena o projeto “Estudos de ambientes em função de processos operacionais de produção”, que tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias e métodos para caracterização dos diferentes ambientes, considerando os impactos ambientais causados pelo tempo de ocupação e uso agrícola das terras. “A prioridade do projeto recai sobre estudos de ambientes em bacias hidrográficas, principalmente em áreas de proteção permanente e áreas de recarga hídrica”, afirma o pesquisador do IAC. Esta pesquisa viabilizou a apresentação de uma metodologia para estratificar ambientes degradados, identificar e caracterizar os desarranjos de superfície, o que levou ao desenvolvimento de um método IAC para restauração de ambientes degradados. Esta técnica, composta por três fases, preconiza a proposição de uma seqüência metodológica no sentido de facilitar a leitura de cenários ambientais de forma prática e objetiva. A primeira fase contemplou a elaboração de um plano de amostragem, a segunda permitiu a análise de cenários e a terceira fase resultou na obtenção de um índice de desempenho ambiental e na hierarquização das atividades de restauração ecológica. “Esse método contribui para o profissional visualizar fatos e elementos que justifiquem um planejamento adequado, a fim de gerar como resultado um sistema altamente diverso e similar ao

original, quanto à composição e estrutura”, esclarece Peche. “Além disso, estão em andamento mais duas propostas metodológicas, sendo uma para execução da reestruturação hídrica de propriedades agrícolas, com o objetivo de adequar as propriedades para o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), e outra para avaliar o potencial de poluição difusa em propriedades e bacias hidrográficas”, completa o pesquisador. Peche destaca a necessidade de transferir conhecimento aos agricultores sobre a água. “Os produtores se preocupam com a água de modo individual, com o que está dentro de sua propriedade, mas não o fazem de forma coletiva, ou seja, ninguém pensa na bacia hidrográfica como um todo, principalmente nos reservatórios”, conclui Peche. Para o secretário da Agricultura, Arnaldo Jardim, a segurança ambiental é uma das diretrizes estabelecidas pelo governador Geraldo Alckmin. “A Secretaria de Agricultura busca limitar os riscos dos impactos ambientais negativos sobre os corpos hídricos, buscando harmonizar a agricultura com o meio ambiente, criando, assim, mecanismos para aumentar a produtividade de forma sustentável”, afirma. As principais recomendações para uma eficiente gestão de recursos hídricos em ambientes protegidos, como Áreas de Preservação Permanente (APP) ou Reserva Legal, são: seguir as diretrizes do Código Florestal e do Código de Águas, realizar diagnóstico sumário sobre as condições ambientais para avaliar o nível de degradação ambiental nas áreas, elaborar projeto de recomposição vegetal e proteção de nascentes, estabelecer programa de manutenção das áreas em consolidação, estabelecer programa de combate ao fogo e à poluição difusa do solo e da água, promover o enriquecimento da flora ribeirinha com árvores ou arbustos frutíferos e floríferos e priorizar a conectividade de bacias. Em áreas de ambientes produtivos, que compõem espaços de uso agrícola da propriedade, as recomendações são: elaborar diagnóstico das necessidades e restrições hídricas da propriedade, elaborar plano de reestruturação hídrica com ênfase em otimização de processos hidrológicos de infiltração, captação, condução e dissipação das águas pluviais, promover a cobertura permanente do solo, principalmente na primavera e no verão, promover a manutenção periódica das práticas conservacionistas, estabelecer como meta a redução progressiva do escoamento superficial e a redução da probabilidade de poluir os corpos hídricos. “À luz das atividades agrícolas modernas, o produtor deve sempre considerar que a gestão de águas ocorre em dois grandes ambientes da propriedade: os protegidos, que são as APPs e Reserva Legal, e os ambientes de produção”, finaliza o pesquisador.

Mais Informações: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), Instituto Agrônômico (IAC) (19) 2137-0613/ 0616